



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **0013074-29.2010.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigações**  
Requerente: **Victor Marcelo Deflon**  
Requerido: **Gmelina Empreendimentos Imobiliarios Ltda e outros**

Proc. 1356/10

4ª. Vara Cível

Vistos, etc.

Conheço dos embargos de declaração de fls. 673/676, interpostos contra a sentença de fls. 652/671, posto que tempestivos, mas não lhes dou provimento quanto ao mérito, pois não restaram verificadas, in casu, quaisquer das hipóteses previstas no art. 535 e seus incisos, do CPC.

De fato, analisando-se a decisão, nela não se verifica qualquer obscuridade ou contradição.

Tampouco foi omitido ponto sobre o qual este Juízo deveria ter se pronunciado.

Não pode passar sem observação que o livre convencimento do Juiz é princípio inseparável da própria atividade judicante, que há de ser muito mais informada pela ética do que pela estética. Deve ele ser extraído dos fatos e circunstâncias constantes dos autos, mesmo quando não alegados pelas partes.

É certo que ao assim dispor não se está pretendendo afinar livre



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

convencimento, com simples e mero arbítrio; posto que a convicção resultante da pesquisa e do exame detalhado dos autos, há de vir suficientemente motivada.

Pois bem.

Respeitado o entendimento do ilustre advogado do embargante, o pedido de reembolso das parcelas de condomínio, deduzido na inicial, foi certo e definido, limitando-se ao valor de R\$ 973,43.

Inadmissível, outrossim, a aplicação do dispositivo contido no art. 290, do CPC, tendo em conta que o feito não cuida de ação onde foi exigido o pagamento de parcelas periódicas.

Pretendendo receber valores relativos a débitos de condomínio que entende não serem de sua responsabilidade, deverá o embargante deduzir tal pretensão em ação própria, que não esta, cujos limites foram delimitados por ele mesmo, representado por seus ilustres advogados.

Em verdade, o embargante pretendeu, com o oferecimento dos embargos, modificação da sentença e não sua declaração, o que configura ajuizamento não de embargos de declaração, mas sim, infringentes, situação inadmissível, até porque, não prevista em lei.

Com tais considerações e o mais que dos autos consta, **julgo improcedentes os embargos de declaração mantendo decisão tal como está lançada.**

P. R. I. C.

SÃO CARLOS, 22 de outubro de 2013.

**THEMÍSTOCLES BARBOSA FERREIRA NETO**  
**JUIZ DE DIREITO**